

**DR. JECKYL AND MISTER HIDE OU “A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL SERVE  
A QUEM?”**

André Luis R. Soares<sup>1</sup>

**INTRODUÇÃO**

A Educação Patrimonial (EP) tem sido considerada como o ensino centrado nos bens culturais, objetivando proporcionar às pessoas (em especial às crianças) um maior contato com patrimônio cultural da sua região. Através de uma metodologia específica, o objeto cultural se torna um ponto de partida do processo de ensino-aprendizagem que capacita para conhecer, usar, desfrutar, recriar e transformar o patrimônio cultural. Uma vez que o patrimônio histórico é um bem cultural, procura-se incentivar o uso dos objetos, locais, monumentos e prédios históricos para realizar o ensino de história ao mesmo tempo em que valorizar o patrimônio local para formação da identidade e da cidadania.

Esta metodologia não é nova, porém, deve ultrapassar formas prontas reproduzidas acriticamente. A adoção de uma metodologia, seja ela denominada educação patrimonial ou outra, deve atender para os objetivos estabelecidos, os pressupostos ou marcos teóricos que balizam a instituição e os públicos alvos da ação pedagógica. Desta forma, discutir as interfaces possíveis de educação, de valorização do patrimônio ou dos bens culturais, equer previamente reconhecer as tendências teóricas da educação, e seus encontros e desencontros. Mas, também, discutir os interesses sociais, políticos ou econômicos que velam por projetos desconectados da realidade e do seu papel transformador.

Neste artigo, longe de resolver o problema posto, pretendemos discutir alguns pontos assim estruturados: em primeiro lugar, buscar uma definição ou conceitos de educação patrimonial para responder a questão posta no título deste artigo. Depois, problematizar como as histórias e memórias são utilizadas para referendar o poder de elites ou grupos, não necessariamente econômicos, que se utilizam dos bens culturais para construir uma memória para a cidade, estado ou país. Por fim, parafraseando Mário

---

<sup>1</sup> Professor Dep. de História, Coordenador do Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória – NEP. Pró-Reitoria de Extensão, UFSM. [www.ufsm.br/nep](http://www.ufsm.br/nep), e-mail: [alrsoaressan@gmail.com](mailto:alrsoaressan@gmail.com)

Chagas, algumas considerações sobre as manifestações do poder da memória e da memória do poder através da educação patrimonial.

## AFINAL, O QUE É PATRIMÔNIO?

Atualmente a discussão sobre o que é patrimônio ultrapassa a tradução de *pater*= pai (em latim) e *nomos*= legado, herança (em grego). Embora saibamos que o patrimônio pode estar associado ao que recebemos ou herdamos do pai e da família, não podemos esquecer que também está diretamente associado aos bens, ou seja, conotação financeira do que possuímos ou adquirimos de alguma forma. Assim, a concepção do patrimônio nasce na forma de herança de caráter cultural, mas também, econômica. A compreensão desta dualidade é importante para traçar os (des) caminhos do patrimônio desde suas origens até sua transformação em *bens culturais*. Ao mesmo tempo, esta introdução é necessária para mostrar que a educação patrimonial precisa, inicialmente, questionar: qual patrimônio estamos ensinando a valorizar? O patrimônio histórico, segundo Rodrigues, “é uma vertente particular da ação desenvolvida pelo poder público para a instituição da memória social” (1996:195), e atualmente o patrimônio tem se estendido a todos os lugares ou atividades culturais levados a cabo por grupos sociais, como terreiros de candomblé, vilas operárias e até campos de futebol de várzea (MAGNANI E MORGADO, 1996:175). Porém, mesmo considerando vários conceitos ou classificações diferentes, o que percebemos é que o patrimônio não é, na verdade, de todos.

(...) o Patrimônio Cultural de uma sociedade, de uma região ou de uma nação é bastante diversificado, sofrendo permanentes alterações, e nunca houve ao longo de toda a história da humanidade critérios e interesses permanentes e abrangentes voltados à preservação de artefatos do povo, selecionados sob qualquer ótica que fosse (LEMOS, 1985, p. 21).

Enquanto grupos sociais ou econômicos buscam referendar a posse de títulos ou genealogias, o que percebemos é que o patrimônio e a memória também se tornam um território de litígio para a posse do passado ou

## II ENCONTRO CIDADES NOVAS - A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PATRIMONIAIS: Mostra de Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País.

de suas interpretações, papel bem conhecido no embate entre a história oficial e outras histórias.

Ao mesmo tempo, a memória é geralmente preservada por aqueles que desejam manter a diferenciação quanto a sua origem ou classe social. Não é raro notar os quadros dos antepassados importantes pendurados na sala e a busca de brasões de família que legitimem a posse de títulos arcaicos ou bens.

O patrimônio se destaca dos demais lugares de memória uma vez que o reconhecimento oficial integra os bens a este conjunto particular, aberto às disputas econômicas e simbólicas, que o tornam um campo de exercício de poder. Mais que um testemunho do passado, o patrimônio é um retrato do presente, um registro das possibilidades políticas dos diversos grupos sociais, expressas na apropriação de parte da herança cultural (...) (RODRIGUES, 1996, p. 195).

Desta forma, o que percebemos é que não há inocência ou neutralidade nas discussões e nos bastidores da conservação do patrimônio. Mesmo o que seja **conservação** do patrimônio ou sua definição ainda está longe de ser esclarecido, mantendo-se o véu de ignorância quanto a diferença entre o grande e o grandioso, valorizando-se as obras e construções das classes ou ideologias dominantes, obscurecendo-se o valor das classes populares e suas construções materiais, seu conhecimento e suas manifestações.

Assim, preservar não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção, um miolo histórico de uma grande cidade velha. Preservar também é gravar depoimentos, sons, músicas populares e eruditas. Preservar é manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares. É fazer, também, levantamentos, levantamentos de qualquer natureza, de sítios variados (...) (LEMOS, 1985, p. 29).

Não podemos esquecer este aspecto ideológico que envolve a proteção e a conservação do patrimônio de uma sociedade. O cuidado com estes bens está mais voltado a uma exploração econômica, na qual a

preservação atende a indústria do comércio e do turismo, uma vez que os bens patrimoniais (culturais, naturais, paisagísticos e arquitetônicos) correspondem a um filão pouco explorado nacionalmente, aumentando as arrecadações sob forma de impostos e ampliando as rendas locais. Sem entrar na discussão da validade deste tipo de visão, devemos observar que, sob esta ótica, não se está procurando conservar os bens sócio-culturais de uma sociedade, mas antes explorá-la em suas características exóticas, que de certa forma não é uma valorização e, sim, invenção.

Inventa-se o patrimônio a cada vez que determina-se (quem determina?) que um prédio, um local ou um hábito seja considerado um patrimônio **por todos**. Busca-se que algo seja defendido por todos, mas na verdade se omite que estes elementos representam somente uma parte, um grupo ou uma classe da sociedade.

O patrimônio não é, porém, uma representação de 'todos' (...) Hoje, embora o conceito de patrimônio tenha-se deslocado da nação para a sociedade, esta concepção permanece como um dos traços das práticas preservacionistas (...) e como um fator de dissimulação das diferenças sociais e culturais (RODRIGUES, 1996, p. 195).

Ao mesmo tempo, a discussão torna-se acirrada quando, por exemplo, o ministério da Cultura desenvolve vários projetos destinados a valorização da "cultura popular". Muito embora o mérito seja inegável, talvez o termo 'cultura popular' não seja o mais aplicado, haja vista a clara oposição que faz entre esta e uma cultura "erudita". Então veríamos reforçada toda uma oposição entre as artes e manifestações eruditas, clássicas e rebuscadas em relação aos 'iletrados, populares e de tradição oral'. Ora, numa percepção antropológica e histórica creio que há questionamentos em relação a esta oposição, principalmente no que se refere ao mascaramento da verdadeira necessidade de valorização das manifestações culturais por seus aspectos de representatividade, originalidade ou antiguidade. Não se pode estigmatizar uma em substituição a outra. De forma ampla e singela, Machado assim define a cultura, ou bens culturais:

Bem cultural é o resultado da ação do homem, fruto da relação que estabelece com a natureza e com os outros homens. Quando o homem transforma a natureza para satisfazer suas necessidades, através do trabalho, ele produz objetos, cria instrumentos e utensílios, estabelece normas, elabora regras de convivência, expressa seus sentimentos e emoções, lida de diferentes formas com os elementos extra-humanos e organiza ritos e celebrações para expressar suas crenças (MACHADO, 2004, p.12).

Ademais, há uma resistência ou mesmo evitação em se discutir, no campo da cultura, questões como a luta de classes ou grupos de interesses. Fica visível que se busca levar o discurso de proteção do patrimônio das classes dominantes a todos os segmentos sócio-econômicos. Desta forma, pretende-se que todos os cidadãos protejam a história e a memória que pertence, na verdade, a um seleto grupo de pessoas, proprietárias da história dos nomes, sobrenomes, prédios e construções que traduzem, mais das vezes, uma pequena parcela da população, em detrimento dos bens culturais pertencentes aos grupos historicamente alienados da cultura erudita, como são as minorias étnicas e raciais, entre outros.

A classe dominante, quase sempre, tem seu prestígio herdado, por isso, gosta de preservar e recuperar os testemunhos materiais de seus antepassados numa demonstração algo romântica e saudosista, constituindo tudo isso manifestações de afirmação elitista. Vive-se do passado das glórias de outros tempos (LEMOS, 1987, p. 31).

Então, entabular uma discussão sobre educação patrimonial no contexto da história e da memória é certamente uma discussão sobre territórios em litígio, no qual citaremos alguns exemplos para tornar claro que a metodologia de educação patrimonial não é ingênua, atemporal ou aparte de diversos conflitos que envolvem grupos humanos, sociais e econômicos muito bem definidos. Após uma breve discussão da metodologia em si, procuraremos

demonstrar como esta é utilizada em favor de discursos nem sempre apaziguadores.

Valorizando-se as obras e as construções das classes dominantes ou ideologias dominantes, obscurecendo-se o valor das obras das classes populares e suas construções materiais, assim, fica prejudicado o conhecimento e as manifestações de inúmeros patrimônios (SOARES, 2003, p. 23).

## O COMEÇO DA DISCUSSÃO

Não podemos esquecer o contexto que faz surgir a discussão sobre quais são os patrimônios no Brasil e como passaram a ser preservados. Talvez o pioneiro mais notório seja Mário de Andrade, que a partir dos anos 1920 começa a percorrer o Brasil em busca de uma identidade nacional, construída a partir da idéia da miscigenação entre o branco, o negro e o índio. Assim, a construção de uma história nacional começava com o Brasil colônia e a cidade de Ouro Preto torna-se um ícone, recebendo o status de Monumento Nacional (1933). Em 1936 foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) -, no âmbito do Ministério da Educação e Saúde, cujo titular era Gustavo Capanema. Capanema logo recorreu a Mário de Andrade encomendando-lhe a elaboração de um programa de proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro.

Mário passou a acumular a função de representante do SPHAN em São Paulo, onde elaborou um inventário preliminar, enumerando os exemplares do patrimônio cultural paulista que conseguira identificar em suas excursões com Paulo Duarte. A atuação do SPHAN foi regulamentada pelo Decreto-lei 25/37 - documento redigido pelo seu primeiro diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade – no qual costuma-se apontar a influência do anteprojeto de lei de autoria de Mário de Andrade. Ainda hoje o anteprojeto de Mário é atual, e cada vez mais, tem-se caminhado na direção dele para definir o que é patrimônio e o que é passível de reconhecimento, intervenção e tombamento.

Podemos citar, por exemplo, a proposta de proteção dos denominados bens imateriais. Nas categorias de bens culturais de arte

arqueológica e arte ameríndia consta a inclusão do tema “folclore ameríndio”, que se manifesta nos “vocabulários, cantos, lendas, magias, medicina, culinária ameríndias”, e na categoria arte popular consta o tema “folclore”, que consiste na “música popular, contos, histórias, lendas, superstições, medicina, receitas culinárias, provérbios, ditos, danças dramáticas”, entre outros.

Mário de Andrade também se preocupa com o aspecto educativo do patrimônio. Enquanto um grupo de pesquisadores tenta atrelar a educação patrimonial ao seminário ocorrido em 1989 promovido pelo IPHAN e a tradução da ‘heritage education’ para educação patrimonial, Mário já antevia a necessidade de incorporação da materialidade dos prédios e objetos como componentes da história nacional.

Quando Horta (HORTA *et all*, 1989) utiliza o termo “alfabetização cultural” para o processo de educação patrimonial, mesmo usado de forma relativa (dado o uso de aspas), pode ser submetido a uma interpretação ambígua, pois pode induzir o leitor a acreditar que as pessoas ao qual se destinam a EP são “analfabetos culturais”. Desta forma, estaríamos pensando em uma oposição entre cultura erudita *versus* cultura popular, ou ainda, segmentando a cultura em classes, ao invés de pensar o termo “cultura” como o resultado da ação humana, seja em sociedade, em suas relações com o meio ou com o sobrenatural.

É necessário destacar a educação patrimonial como um processo de releitura dos patrimônios, uma releitura crítica, onde será possível perceber as diversas informações que determinado bem cultural pode oferecer, bem como suas múltiplas significações, pois “tal metodologia fornece subsídios aos educadores comprometidos com um ensino que vise não apenas a valorização dos bens culturais, mas a reflexão acerca dos mesmos...” (DIAS e SOARES, 2008, p.68.)

Em outro sentido, pode-se pensar inclusive que o uso do termo “alfabetização cultural” foi inspirado na leitura do próprio Mário de Andrade, pois :

Para ele [para Mário de Andrade], as ações de preservação do patrimônio cultural estão identificadas com o processo de **alfabetização**

(Andrade, 1971, grifo meu) e os museus, enquanto agências privilegiadas de preservação, deveriam desenvolver funções educativas. Enquanto Gustavo Barroso, criador do Museu Histórico Nacional (1922), pensava o museu como um local destinado a realizar e a ensinar o “culto a saudade”, a “exaltação a pátria” e a celebração dos “vultos gloriosos”, Mário de Andrade o considerava como um espaço de estudo e reflexão, como instrumento capaz de servir às classes trabalhadoras, como instituição catalisadora e ao mesmo tempo resultante da conjugação de forças, como âncora de identidade cultural. (CHAGAS, 2006, p. 69)

Então, devemos esclarecer o que parece que ficou oculto ou negligenciado por muito tempo, que é a resposta inacabada, inconclusa e mediada por dezenas de fatores: o que é a Educação patrimonial? E a resposta? É uma metodologia.

#### AFINAL, O QUE É A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL? A METODOLOGIA

A educação patrimonial, em uma das perspectivas correntes, tem início em um seminário promovido pelo Museu Imperial, quando Maria de Lourdes Parreiras Horta realiza, através do IPHAN, uma sistematização das ações educativas em museus e fora deles. As etapas do processo, publicados em 1999 (Horta, Grunberg e Monteiro, 1999), foram sendo reproduzidas em todos os cantos do Brasil, como atestam as publicações dos primeiros anos do século XXI (ver Soares et al., 2003; Soares e Klamt, 2008). Resumidamente, podemos descrever como segue:

ETAPAS	RECURSOS	OBJETIVOS
observação	Percepção visual/sensorial, manipulação, experimentação, medição, comparação, jogos de detetive (dedução)	Identificação do objeto, Função/significado Desenvolve percepção
registro	Desenhos, descrição verbal ou escrita, maquetes, mapas	Fixação do conhecimento, pensamento lógico, intuitivo e operacional

## II ENCONTRO CIDADES NOVAS - A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PATRIMONIAIS: Mostra de Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País.

exploração	Análise do problema, hipóteses, discussão, avaliação, outras fontes	Julgamento crítico, interpretação significados
Apropriação	Recriação, releitura, dramatização, pintura, escultura, dança, música, poesia, texto	Envolvimento afetivo, auto-expressão, participação criativa, valorização do bem cultural

Estas etapas referem-se aos bens patrimoniais, mas foi utilizado com sucesso para a valorização de peças arqueológicas em projetos de licenciamento ambiental, em museus para sensibilização em relação aos acervos e inclusive em escolas para sensibilização para o patrimônio. Estes três nichos apresentam variações quanto a aplicação da EP, mas, grosso modo, podemos afirmar que raros são os casos onde profissionais da área de educação ou patrimônio desenvolvam atividades ligadas a execução de projetos de médio e longo prazo. O licenciamento ambiental, por exemplo, exige ações de EP por força da legislação, que obriga os empreendedores a executar ações de valorização do patrimônio, seja natural, histórico ou arqueológico. No caso de museus, o foco da ação é o acervo museal, tomado ele próprio como bem patrimonial.

Uma discussão pertinente e pouco explorada é que, sendo a EP uma metodologia, a qual teoria se aplica? Em trabalhos recentes (Soares e Dias, 2008), demonstramos a aproximação entre a EP e a educação libertadora promovida pelo educador Paulo Freire, principalmente no que se refere a percepção da própria condição como forma de libertação. Esta aproximação da metodologia da EP com Paulo Freire é também aplicada por Tumelero (2008) e Delazeri (2008).

Qual então, o papel da EP para a História, e por extensão, para a preservação da memória? Aqui cabe a discussão da relação entre EP e história e como os discursos são materializados através de ações pedagógicas que, embora pareçam desprovidos de intenção, manipulam o passado e seleção de objetos e dados a serem lembrados, enquanto outros são deliberadamente esquecidos.

### O PAPEL DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA SOCIEDADE

A história é farta de exemplos sobre a preservação da história oficial, e, por extensão, dos documentos escritos e materiais da classe dominante. Os museus até pouco tempo atrás persistiam na exposição dos objetos pertencentes aos heróis ou 'proeminentes' do local, e quando apresentavam uma visão de outros artefatos, predominava a visão evolucionista européia, na divisão que iniciava na pedra lascada até artefatos industriais, no qual os povos anteriores a colonização eram 'atrasados' ou 'ignorantes'. Esta visão não somente é eurocêntrica, mas, sobretudo, economicista, pois o critério das classificações, baseadas na tecnologia dos artefatos, na verdade classificam os grupos segundo o modo de subsistência, ainda hoje denominados caçadores, coletores, horticultores, agricultores, etc., não importando o desenvolvimento social de cada sociedade. Da forma como geralmente é colocada, a visão tecnológica do modo de produção continua estabelecendo critérios evolutivos para grupos humanos, o que demonstra, consciente ou não, a maneira como a EP trata a questão dos povos indígenas do pretérito.

Mas a quem interessa essa preservação é a pergunta naturalmente formulada pelo leitor. Poucos, muito poucos, têm uma visão global do problema constituído pela defesa da memória e de seus bens representativos. A esses, naturalmente, aflige tanto o descaso impune que assiste a destruição desnecessária de elementos do patrimônio. A essas raras pessoas juntam-se outros grupos divididos segundo interesses variados. Cada classe social, cada grupo econômico, cada meio, cada preocupação está a selecionar elementos culturais de seu interesse para que sejam guardados como testemunhos de sua preocupação (LEMOS, 1981: p:30).

Uma abordagem distinta, já apresentada (SOARES E KLAMT, 2008) é de promover as manifestações culturais de todos os segmentos da sociedade, em todos os períodos históricos, ao mesmo tempo em que sedimentar um processo de inclusão, ao contrário da exclusão. É importante

salientar que este processo visa, em primeiro lugar, o respeito à diferença, seja ela étnica, de manifestação religiosa, cultural ou outra qualquer.

Ainda, é importante salientar que a valorização do passado histórico e das peculiaridades locais não deve ser tomada como um saudosismo ou apoteose ao passado. Reconhecer as diferenças nos processos históricos deve ser propulsor para a diminuição das barreiras sociais e abolir a discriminação. Além disso, o orgulho não deve ser confundido com xenofobia ou separatismo. Antes de qualquer coisa, a EP deve preocupar-se da formação de uma consciência cidadã nas quais todos são cidadãos brasileiros em um processo de inclusão sócio-cultural, alicerçado sobre a diversidade como riqueza do país.

Este ponto leva ao cerne da discussão da EP e da história, ou seja, perceber o caráter político do uso do patrimônio nas comunidades. Em primeiro lugar, talvez devêssemos rever o termo “bens culturais”, no sentido de exploração econômica de paisagens, ambientes, culturas ou lugares, onde percebe-se formas de turismo predatório no qual o exótico é tomado como produto de consumo e alienação. Demonstra-se assim como o patrimônio está se rendendo à exploração econômica através do turismo, nem sempre sustentável, e que se deve ter em conta que a cultura, a natureza e as sociedades nem sempre pode ser revertidas em cifras e mensuradas numericamente.

Ademais, cabe alertar o uso do patrimônio que referenda alguns grupos em detrimento de outros, no quais o debate e o embate nem sempre são visíveis. Apresentarei dois estudos de caso que são significativos para falar do uso da memória e do poder que esta evoca.

## DOIS ESTUDOS DE CASO

Duas experiências pessoais podem exemplificar a questão do poder da memória e da memória do poder, e de seus respectivos usos pela história e no ensino de história (SOARES, 2008). O primeiro é um trabalho de pesquisa arqueológica na Casa de David Canabarro, município de Santana do Livramento, extremo sudoeste do estado, na fronteira com a cidade de Rivera,

República Oriental do Uruguai. O segundo exemplo advém de outro colega arqueólogo e também demonstra o perigo dos usos e abusos da memória.

David José Martins, conhecido como David Canabarro, é figura recorrente na história Riograndense. Durante a Revolução Farroupilha (1835 – 1845), tornou-se uma das lideranças das forças revolucionárias, ao lado de Bento Gonçalves e Giuseppe Garibaldi, obtendo diversas vitórias sobre o Exército Brasileiro, antes defendido por ele; na Guerra dos Farrapos obteve a patente de Tenente-Coronel, atuando ao lado de Bento Manoel Ribeiro e Bento Gonçalves nas decisões e estratégias a serem usadas pelas tropas farroupilhas.

Promovido à Coronel em 1837 David Canabarro também participou de batalhas para o surgimento da República Catarinense ou República Juliana ao lado de Garibaldi. Em 1841 Canabarro é nomeado General, devido aos seus relevantes serviços prestados à causa da liberdade Riograndense (WENCESLAU E OLIVEIRA, 2008).

Preocupado com as constantes invasões vindas da banda Oriental o governo Português nomeia diversos “comandantes da fronteira”: esses líderes eram encarregados de manter a linha fronteira e impedir novas invasões Castelhanas. O General David Canabarro é escolhido como um desses guardiões devido a seu total conhecimento da região já que há muito tempo residia no local que abrange as terras hoje pertencentes ao município de Santana do Livramento, fronteira entre Brasil e Uruguai. (Wenceslau e Oliveira, 2008).

A casa de David Canabarro na cidade de Santana do Livramento foi tombada pelo IPHAN em 1953 e reconhecida como patrimônio histórico nacional. No ano de 2005, o Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas – CEPA – da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, através do seu coordenador, prof. Dr. Sergio Célio Klamt, realizou atividades de pesquisa arqueológica no interior e na área externa à residência, em um processo de diagnóstico, identificação de estruturas e resgate de cultura material presente naquele local. Dada a necessidade de extroversão do conhecimento, o CEPA-UNISC convidou o Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória – NEP, da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM para desenvolver ações

educativas e de capacitação de professores sobre a identificação, valorização e uso pedagógico dos patrimônios e bens culturais locais.

É interessante observar o papel que David Canabarro representa em distintos grupos sociais no Rio Grande do Sul e fora deste estado. O trabalho arqueológico foi acompanhado pela mídia impressa e televisiva, o que rendeu boas discussões por parte dos envolvidos. As notícias eram acompanhadas pelos grupos ligados ao tradicionalismo gaúcho, que manifestavam seu contentamento no resgate da história de figura tão ilustre para a História do Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo em que, na visão de diversos representantes do movimento, a casa de David Canabarro deveria servir como sede ao Museu de mesmo nome. O Museu David Canabarro já existente na cidade, abriga coleções diversas, sem um fio condutor que esteja alinhado com a história do “herói” ou da cidade, parecendo mais um grande “gabinete de curiosidades”, aos moldes do século XIX. Desta forma, os grupos ligados ao Movimento tradicionalista gaúcho e seus simpatizantes viam com bons olhos a restauração, a reforma e a possibilidade de transformar a casa em monumento, homenageando seu proprietário.

No sentido contrário, mas não menos manifesto, havia um grupo que se opunha e toda e qualquer citação ou referência ao nome de David Canabarro. Trata-se do movimento negro do Estado do RS, que não somente desconsidera a figura de herói do movimento, mas, sobretudo, designa Canabarro sob a alcunha de “grande traidor de Porongos”<sup>2</sup>. O episódio é denominado “massacre”<sup>3</sup>, “traição”<sup>4</sup> entre outros adjetivos, no que –afirmam outros historiadores- seria a emboscada aos soldados negros por parte do exército imperial. Segundo o historiador Raul Carrion (2005), Canabarro teria arquitetado o fim dos negros que lutavam ao lado dos farroupilhas para facilitar a negociação de paz e fim da revolução, uma vez que os Farrapos apregoavam a libertação dos escravos no final do conflito e o exército brasileiro via com maus olhos o possível exemplo abolicionista. Hoje, há poucos historiadores no

---

2 <http://www.mundonegro.com.br/noticias2/index.php?noticialD=441>, último acesso em 25 de setembro de 2008. Ver também [www.mundonegro.com.br/noticias2/index.php?noticialD=410](http://www.mundonegro.com.br/noticias2/index.php?noticialD=410), mesmo dia.

3 <http://pre-vestibular.arteblog.com.br/13226/Bastidores-da-Historia-do-Brasil/>, último acesso em 25 de setembro de 2008.

4 <http://pre-vestibular.arteblog.com.br/13226/Bastidores-da-Historia-do-Brasil/>, último acesso em 25 de setembro de 2008.

círculo acadêmico que defendem Canabarro. A documentação histórica e o vasto currículo em batalhas campais não justificam os erros cometidos, independente das correspondências pessoais que demonstram que o ataque ao grupo foi uma ação planejada. Ao mesmo tempo, sabe-se que a existência de escravos libertos seria um entrave à assinatura da Paz de Ponche Verde, pois não seria permitida a alforria dos negros, que poderia causar um colapso as bases econômicas do período.

Ao mesmo tempo, deve-se ter em mente o que representa a imagem de Canabarro dentro da sociedade gaúcha, que durante anos se denominava européia e latifundiária, em oposição a população negra e marginalizada. Contrapor este falso-herói é mais do que necessário, é uma tarefa histórica. No caso do movimento negro, uma das falas registradas enfatiza que “é preciso retirar o nome de Davi Canabarro das ruas e praças e substituí-lo pelo dos Lanceiros Negros, pois ele não é digno de ter um nome dentro da federação brasileira como de herói”<sup>5</sup>.

Não bastasse a discussão dentro do Estado do Rio Grande do Sul, esta polêmica se estende além das fronteiras estaduais. Na história regional de Santa Catarina, por exemplo, em se tratando das cidades do litoral sul, a figura de Canabarro é associada a um déspota que cria a República Juliana à revelia dos anseios da comunidade local, seus moradores ou mesmo políticos locais. Neste caso, a imagem do revolucionário farroupilha está associada a desmandos políticos durante a invasão de Laguna e outras cidades.

Então, quem é este personagem? Sob os diversos olhares e ângulos, a pintura de um retrato, sob o olhar da história e, por extensão, da memória, ficaria carregado por cores fortes em algum lado, obscuro ou esmaecido de outro. A apropriação que se faz, por este ou aquele grupo é que torna o objeto tão atraente, na justa medida em que não se pode reconstruir um homem real, mas apenas através das lentes daqueles que falam sobre ele. Desta maneira, as diversas memórias se excluem, se negam ou se contradizem, em uma luta constante por espaço para ser tornar ‘mais verídica’, mais honrosa ou mais ‘histórica’ que o ponto de vista do seu antagonista.

---

5 <http://www.mundonegro.com.br/noticias2/index.php?noticialD=441>, último acesso em 25 de setembro de 2008.

Um outro exemplo da apropriação e do uso da memória tem sido relatado pelo Arqueólogo, historiador e professor doutor Pedro Paulo de Abreu Funari, durante as escavações da Serra da Barriga, local onde estaria assentado a província de Palmares, mais conhecida como Quilombo dos Palmares<sup>6</sup>.

A Serra da Barriga abrigou um complexo de aldeias fortificadas que entrou para a história como o Quilombo dos Palmares, uma vez que a vila onde residia o chefe Ganga Zumba era denominada Palmares. Afora as discussões de quem traiu Ganga Zumba, ou o papel de Zumbi no processo de resistência, é importante salientar um outro aspecto da história que se deseja preservar. As escavações arqueológicas tinham por objetivo demonstrar como funcionou a resistência negra ao mundo colonial escravista, bem como a vida cotidiana dos quilombolas. As escavações tinham recursos do governo federal, através da Fundação Palmares, empenhada em resgatar a “dívida histórica” com os afro-descendentes e aspectos da nova historiografia que apontavam outra abordagem para o Quilombo e seus ocupantes. O projeto, iniciado em 1992, tinha previsão para dez anos, mas em 1997 a Fundação Cultural Palmares proibiu as escavações. Entre as diversas hipóteses que se podem levantar, parece que a mais plausível para a suspensão dos repasses financeiros encontra-se nos resultados obtidos das escavações.

Ao invés de apresentar uma série de aldeias fortificadas onde o espírito africano se faria presente e constante, os objetos encontrados em Palmares revelam um conjunto de aldeias que abrigavam toda a sorte de excluídos do sistema colonial<sup>7</sup>. Nas prospecções realizadas, a cerâmica portuguesa foi predominante, o que mostra um fluxo de objetos externos ao quilombo sendo comercializados. Ao mesmo tempo, parece que Palmares abriu suas portas para índios, mulatos e outros excluídos do regime. A presença de objetos de várias procedências abre a possibilidade de interpretação, muito consistente, de que Palmares foi uma cidade multiétnica e multicultural (CARVALHO, 2008), não apenas um “reduto de cativos”. Esta

---

6 FUNARI, P.P.A. A “República de Palmares” e a Arqueologia da Serra da Barriga, Revista USP, 28, 6-13, 1996.

7 Palmares ontem e Hoje, Funari e Carvalho, Jorge Zahar Editor, Coleção Descobrendo o Brasil, 2005.

nova tese reduz a força do imaginário de resistência e de bastião contra a opressão. Trata-se, segundo Allen (2000) de representações de *africanismo* e do *afrocentrismo*, visão que privilegia a busca de traços africanos na tentativa de reconstruir ou interpretar o passado.

Ao mesmo tempo, as publicações sobre os resultados das pesquisas de Funari ocorreram em meios acadêmicos e em círculos restritos, bem aquém do que poderia ser feito, caso os financiadores quisessem divulgar as conclusões obtidas pela pesquisa arqueológica.

Diante deste fato resta-nos especular que os resultados obtidos foram um pouco diferentes dos esperados. Em tempos de re-escrita da história tradicional, com outros heróis e outros vilões, é interessante observar as memórias que se desejam preservar, por um lado, e quais se desejam construir. Sim, a memória é inventada, construída e reconstruída, seja através dos discursos acadêmicos, das reproduções de pinturas célebres ou de livros didáticos. E assim que se deve observar também a educação patrimonial, como um instrumento de memórias e de histórias, escolhidas cuidadosamente, por interesses elaborados em transformar o patrimônio de alguns em Bem de todos.

Assim, o território da História entre em litígio em valorização dos passados, das glórias, do resgate e/ou valorização de minorias, de grupos ou de pessoas. A questão não é quem o faz, mas saber por que o faz e fazê-lo de modo claro e transparente. Não há ingenuidade na seleção das memórias. Escolhemos, todo o tempo, o que queremos lembrar e o que desejamos esquecer. Até aí, nenhum problema. O cerne da questão que levantamos é perceber o instrumento político e de poder que reside no patrimônio, na história e na memória como construtores de identidade nacional, e o uso que é feito deles.

## SEM CONCLUSÕES OU VÁRIAS CONCLUSÕES?

As possibilidades que a educação patrimonial, como uma metodologia, não pode ser desvirtuada das teorias históricas ou culturais aos quais estão à disposição. Pensar em um processo de neutralidade da ferramenta pressupõe uma ingenuidade quanto a inexistência da luta de

classes ou confronto entre interesses sociais e culturais antagônicos na preservação da memória. A disputa pela manutenção/difusão/propulsão de determinados enfoques deve ser entendido como salutar e fazendo parte do jogo político ao qual vivenciamos a todo tempo. Então, perceber que as construções históricas, marcos cívicos ou elementos considerados “patrimônios” nem sempre estarão representando um coletivo, mas, na maioria das vezes, uma pequena parcela da população. E isto não significa necessariamente que somente as elites serão representadas, ou somente europeus lutem pelo espaço da memória. O discernimento sobre os territórios em litígio é que dão a tônica das representações que estão sendo disputadas. Herói ou vilão, mártir ou cínico, os adjetivos irão variar de acordo com o denominador e o denominado. Nada mais natural. Mas cabe ao professor, historiador ou educador demonstrar com clareza que não há consenso, unidade ou estática na definição dos bens culturais, da história ou da memória que se vai perpetuar. E é justamente por esta mobilidade, disputa e dinâmica, que continuaremos a falar de heróis ou anônimos, homens e mulheres, notáveis e desconhecidos.

As atividades desenvolvidas por aqueles que se preocupam com a memória e o patrimônio deveria ter como seus objetivos a preservação das identidades culturais, ou seja, as particularidades de cada povo, de cada região do mundo. Principalmente, reconhecer as múltiplas influências que uma identidade cultural sofre de outra, percebendo assim as semelhanças, mas, principalmente, o que é diferente. Assim, é necessário que juntamente a essa noção de identidade, a qual construímos, defendermos que se precisa “resgatar o cotidiano, os elementos que constituem e fazem o ser e o agir, a cultura, os bens patrimoniais -naturais e sociais (...) para a construção do sentido de cidadania” (ITAQUI, 1998, p.17).

A educação patrimonial ou a valorização dos bens culturais que buscamos partem da relação entre o homem, sujeito, e o objeto transformado por ele. Com a construção dessa identidade, busca-se que as pessoas envolvidas passem a exercer com maior afinco a sua cidadania, e, por conseguinte, criem uma identidade cultural:

O entendimento e a prática da cidadania, no nosso entender, começa pelo conhecimento da realidade onde o indivíduo está inserido, a memória preservada, os dados do presente, o entendimento das transformações e a busca de um novo fazer, o que não significa uma aceitação submissa e passiva dos valores do passado, mas o reconhecimento que estão ali os elementos básicos com que contamos para a conservação da nossa identidade cultural. (SANTOS: 1994, p. 78)

Já observamos que existem diversos grupos interessados na manutenção e na preservação dos locais, espaços e bens das elites históricas do país. Uma nova abordagem procura em trabalhar com os objetos e a cultura material e imaterial das classes marginalizadas da sociedade, tendo por objetivo “a conscientização das comunidades acerca da importância da criação, da valorização e da preservação dos patrimônios locais” (SOARES, 2003: 24).

Partindo dessa premissa, observamos que há um potencial como instrumento político de salvaguarda das distintas identidades, independente de importância histórica, monumentalidade, antiguidade, imponência ou relevância arquitetônica. Desta forma, os critérios de designação de patrimônio serão eleitos pelas comunidades interessadas, ao invés de atribuídos pelo Estado.

Neste sentido, problematizar com os diferentes estratos e grupos sócio-culturais, étnicos e religiosos as atividades, conhecimentos ou materializações da cultura ou identidade, a partir do patrimônio material, ou seja, do objeto real como **fonte de informação** sobre a rede de relações sociais e o contexto histórico em que foi produzido, utilizado e dotado de significado pela sociedade que o criou. Todo um complexo sistema de relações e conexões está contido em um simples objeto de uso cotidiano, uma edificação, um conjunto de habitações, uma cidade, uma paisagem, uma manifestação de cultura popular, festiva ou religiosa, ou até mesmo em um pequeno fragmento de cerâmica originário de um sítio arqueológico. (HORTA, 1999: 9).

Voltando ao nosso título, então, até quando veremos Mister Hide – o esquecimento – ocultar o Doutor Jeckyl – conhecimento - de quem mais precisa dele? A educação patrimonial que vivenciamos enquanto teoria realmente dá voz ao excluídos? Quais os limites de nossas atividades, uma vez

II ENCONTRO CIDADES NOVAS - A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PATRIMONIAIS:  
Mostra de Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País.

que são os acadêmicos, doutores e professores é que dizem aos outros 'o que deve ser feito'? Quando o diálogo será vivo em teoria e prática na valorização do patrimônio?

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, Rinaldo. Levantamento A contribuição dos Estudos Antropológicos na Elaboração dos Relatórios de Impacto Sobre o Meio Ambiente. In. Caldarelli, S. (org.) *Atas do Simpósio Sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural*, Universidade Católica de Goiás, 1996. p. 138-144.

CHAGAS, Mário. Cultura, patrimônio e memória. In. *Ciências & Letras Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Letras* nº 31, jan/jun 2002. Porto Alegre: FAPA, 2002. p. 15-29.

CHAGAS, Mário. Museus: Antropologia da Memória e do Patrimônio. IN *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* n 31, Ministério da Cultura, Brasília, 2005.

CURY, Isabelle (org). *Cartas Patrimoniais*. Rio de Janeiro, IPHAN, 2000.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: vértice, 1990. (original publicado em 1950). P. 34- 143.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira. Fundamentos da educação patrimonial. In. *Ciências & Letras*. Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Letras nº 27, jan/jun 2000. Porto Alegre: FAPA, 2000. p. 25-35

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina, MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Museu Imperial, 1999.

ITAQUI, José. *Educação Patrimonial: a Experiência da Quarta Colônia*. Santa Maria: Pallotti, 1998.

LEMOS, Carlos A .C. *O Que é Patrimônio Histórico*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

II ENCONTRO CIDADES NOVAS - A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PATRIMONIAIS:  
Mostra de Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País.

MAGNANI, José Guilherme Cantor; MORGADO, Naira. Futebol de Várzea Também É Patrimônio. In. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro 1996, nº 24, p. 175-184.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. IN: *Estudos Históricos*, São Paulo: Ed.: Revista dos tribunais. 1992.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. IN: *Estudos Históricos*, São Paulo: Ed.: Revista dos tribunais. 1989/3. P. 5-11-4

POSSAMAI, Zita Rosane. O patrimônio em construção e o conhecimento histórico. In. *Ciências & Letras*, Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Letras nº 27, jan/jun 2000. Porto Alegre: FAPA, 2000. p. 13-24

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A danação do Objeto. O Museu no ensino da história*. Ed. Argos, Chapecó, 2004.

RODRIGUES, Marly. De Quem é o Patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. In. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, 1996, nº 24, p. 195-203.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. Museu e educação: conceitos e métodos. In. *Ciências & Letras* Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Letras nº 31, jan/jun 2002. Porto Alegre: FAPA, 2002. p. 307-323

SANTOS, Maria Célia Teixeira M. A preservação da memória enquanto instrumento da cidadania. *Cadernos de Museologia* nº 3. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1994.

SOARES, André Luís Ramos (Org.). *Educação Patrimonial: Relatos e Experiências*. Santa Maria: UFSM, 2003.

SOARES, André Luís Ramos. De heróis a bandidos: educação patrimonial e ensino de história Ou como manipulamos o passado na construção do presente In: *Tempo no plural: História, Memória e diversidade cultural*. Francisco Régis Lopes Ramos e Meize de Lucena Lucas (orgs.). Programa de Pós-Graduação em História da UFC. Fortaleza, Realce Editora & Ind. Gráfica Ltda., 2008, p.165- 178.

**II ENCONTRO CIDADES NOVAS - A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PATRIMONIAIS:  
Mostra de Ações Preservacionistas de Londrina, Região Norte do Paraná e Sul do País.**

SOARES, André Luis R.; SPIAZZI, Daiane Tonato; OLIVEIRA, Fabiana de;  
DIAS, Guilherme. As relações de exclusão na preservação e manutenção dos  
patrimônios brasileiros. *Cadernos do CEOM*, n.26, 2007a. pg. 19-54.

SOARES, André Luis R.; SOUZA, Cristiéle Santos de; CARDÔZO, Lisliane;  
ALBARELLO, Tales Henrique. A educação patrimonial como instrumento de  
preservação e democratização da memória e do patrimônio nos Museus.  
*Cadernos do CEOM*, n.26, 2007b. pg. 109-136.

VARINE, Hugues de. A nova museologia: ficção ou realidade. In. *Museologia  
social*. Porto Alegre. UE/Secretaria Municipal de Cultura. 2000. p.21-33.